

PMGIRS

Plano Municipal de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos



Município de Florínea - SP

Volume II - Prognóstico

Elaboração:





FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA

Rua Livino Cardoso de Oliveira, nº 699, Centro

CEP: 19.870-000 – Florínea – SP.

Fone: (18)3377-9020 / Fax: (18) 3377-1383

Site: www.florinea.sp.gov.br

CNPJ:44.493.575/0001-69

Prefeito Municipal..... Rodrigo Siqueira da Silva

Supervisão/Coordenação..... Sueli Maria Moreira

EXECUÇÃO

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – CIVAP

Via Chico Mendes nº 65, Pq. de Exposições.

CEP: 19.807-130 – ASSIS – SP

E-mail: contato@civap.com.br

Fone/Fax: (18)3323-2368

CNPJ: 51.501.484/0001-93

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



EQUIPE TÉCNICA

LEANDRO HENRIQUE MARTINS DIAS

Engenheiro Ambiental – CREA-PR 102924/D

Coordenação Geral

IDA FRANZOSO DE SOUZA

Diretora Executiva do CIVAP – CRQ-RS 05100244

Coordenação Adjunta

FERNANDO SILVA DE PAULA

Engenheiro Florestal – CREA-SP 5063422090

Estagiário

JENIY HARUKA KONISHI

Graduanda em Ciências Biológicas

Estagiária

MARCELO CAVASSINI FRANCISCATTI

Graduando em Engenharia Ambiental

Estagiário

PAULO VITOR CLEMENTE LIMA

Graduando em Técnico em Meio Ambiente

Estagiário

RAFAEL FLORES BORIN

Graduando em Técnico em Meio Ambiente

Estagiário

VANDEIR JOSÉ FIGUEIREDO

Graduando em Técnico em Meio Ambiente

Estagiário

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

SUMÁRIO

	FISCALIZAÇÃO / EXECUÇÃO	I
	EQUIPE TÉCNICA	II
	SUMÁRIO	III
1.	INTRODUÇÃO	1
2.	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1
3.	PROGNÓSTICO	2
3.1.	RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL	2
3.2.	COLETA SELETIVA – MATERIAIS RECICLÁVEIS	6
3.3.	VARRIÇÃO E RESÍDUOS DE PODA E CAPINA	8
3.4.	RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	10
3.5.	RESÍDUOS VOLUMOSOS	12
3.6.	RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE	13
3.7.	RESÍDUOS INDUSTRIAIS	15
3.8.	RESÍDUOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE	15
3.9.	RESÍDUOS DA ZONA RURAL	16
3.10.	RESÍDUOS DAS ATIVIDADES AGROSSILVOPASTORIS	17
3.11.	RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SANEAMENTO	18
3.12.	RESÍDUOS DE ÓLEO COMESTÍVEL	18
3.13.	RESÍDUOS CEMITERIAIS	19
3.14.	RESÍDUOS ESPECIAIS	20
3.14.1.	RESÍDUOS DE ÓLEO LUBRIFICANTES	20
3.14.2.	RESÍDUOS DE PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS, ELETROELETRÔNICOS, E PILHAS E BATERIAS ...	21
3.14.3.	EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS	22
3.14.4.	LÂMPADAS FLUORESCENTES	22
4.	ÁREAS CONTAMINADAS E PASSÍVOS AMBIENTAIS	23
5.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	24
6.	ANÁLISE FINANCEIRA	25
7.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	25
8.	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA	26
9.	GRANDES GERADORES E GERADORES DE RESÍDUOS PERIGOSOS OU CONTAMINADOS ...	26
10.	URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	27

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, constitui-se essencialmente em um documento que visa à administração integrada dos resíduos por meio de um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento. O PMGIRS leva em consideração aspectos referente à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, e o PMGIRS ainda tem como base a não geração, redução, reutilização, reciclagem, e tratamento dos resíduos gerados no município, como premissas a serem cumpridas antes da destinação final, tendo como principal meta, esta destinação aplicada apenas para rejeitos, aproveitando ao máximo todas as utilidades e produtos que possam ser oriundas dos resíduos sólidos.

Com relação à responsabilidade dos resíduos gerados, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) estabelece o princípio do “poluidor pagador”, onde cada gerador é responsável pelo manuseio e destinação final do seu resíduo gerado. Sendo a responsabilidade do poder Público Municipal a fiscalização do gerenciamento dos resíduos gerados por meio do seu órgão de controle ambiental.

As atividades geradoras de resíduos sólidos, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu gerenciamento (desde o acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final), pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradada. É de responsabilidade das Prefeituras Municipais o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos provenientes das residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, de acordo com suas leis municipais, bem como os de Limpeza Pública Urbana.

A Lei Estadual nº 12.300 de 16 de março de 2006, estabelece a Política Estadual de Resíduos Sólidos, que apresenta como objetivos a prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente, e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Estado.

Dentro deste enfoque, o **Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – Civap**, em parceria com o **Município de Florínea**, elaboraram o PMGIRS com o objetivo de estabelecer ações integradas e diretrizes quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, legais, administrativos e técnicos, para todas as fases da geração e dos geradores de resíduos sólidos.

2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O gerenciamento é o componente operacional da gestão de resíduos sólidos e inclui as etapas de segregação, coleta, transporte, tratamentos e disposição final. O gerenciamento integrado é feito ao se considerar uma variedade de alternativas para atingir, entre outros propósitos, a minimização de resíduos sólidos.

Este prognóstico apresentará de forma sucinta, aspectos do gerenciamento dos resíduos do **Município de Florínea** que foram identificados como pontos fracos na gestão municipal dos resíduos sólidos, e serão efetuadas proposições de melhoria e fortalecimento, visando à redução do volume de resíduos gerados, o correto acondicionamento, a correta disposição destes resíduos, bem como a redução de custos envolvidos, desde que não prejudique a correta gestão dos mesmos.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

3. PROGNÓSTICO

Dentro deste prognóstico, iremos apresentar os pontos fracos e deficientes apresentados no diagnóstico de avaliação, com proposições de ações técnicas a serem tomadas em prazos curtos (até 03 anos), médios (até 10 anos) e longos (até 20 anos) definindo responsáveis e custos.

Algumas das deficiências e dos pontos fracos observados dependem também de quesitos não avaliados por este PMGIRS ou então de ações regionais, que serão levantadas no Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – PIRS do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – Civap, que está em fase de licitação e será elaborado para os atuais 24 municípios consorciados no ano de 2014.

3.1. RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL

A situação da coleta convencional atual no **Município de Florínea** atende toda a malha urbana do município, o condomínio e a área rural, ocorrendo em dias alternados, nas segundas, quartas e sextas-feiras no município e as terças e quintas-feiras nos condomínios e no balneário. Atendendo todas os 970 domicílios do município.

São coletados no município uma média de 1,9 toneladas de resíduos, que são destinados ao Aterro Sanitário em Valas do Município. Para o serviço é utilizado um caminhão compactador, com capacidade de carga de 7,7 toneladas, com uma equipe composta por três funcionários, sendo um motorista e dois auxiliares de serviços gerais. O caminhão percorre uma distância média de 57 quilômetros por dia, o que, de acordo com suas respectivas capacidades, e quando comparado com a quantidade de resíduos coletadas diariamente e o estado de conservação e funcionamento dos veículos, estão sendo mal utilizados. O estado de conservação e funcionamento atual do caminhão é bom, visto que o caminhão apresenta sete anos de uso.

Por se tratar de uma Estância Turística, o município de Florínea apresenta uma população flutuante, cerca de três vezes sua atual população, durante os finais de semana na temporada de verão. Dessa forma, a geração de resíduos na coleta convencional aumenta significativamente.

Diante disso, é necessária que uma estrutura reserva seja montada para atender esta demanda intermitente durante a temporada.

Julgando-se pela população existente nestas épocas do ano, e pelo estado apresentado pelo caminhão de coleta utilizado atualmente, indica-se a aquisição de um novo veículo compactador, com capacidade superior a sete vezes a geração atual de resíduos, 15 m³ no mínimo, a fim de atender a demanda atual do município, em dias alternados, até mesmo em épocas de população flutuante em alta temporada, mantendo-se o caminhão utilizado atualmente para reserva e auxílio na coleta quando houver a necessidade.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL

PROBLEMA: Caminhão utilizado atualmente tem pequena capacidade para atender a população flutuante nas épocas de alta temporada

AÇÃO: Aquisição de um caminhão compactador de 15 m³ para atendimento de todo o município, em dias alternados, inclusive em épocas de alta temporada.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: agosto de 2014.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 280 mil.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras.

Foi identificado durante a visita a campo, que os funcionários que realizam a coleta, não utilizavam uniformes de identificação e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Tendo em vista a insalubridade adquirida pelo manuseio, ainda que em sacos plásticos, dos resíduos da coleta convencional, se faz necessário a utilização de EPIs para segurança dos próprios colaboradores, bem como a utilização de uniformes de identificação, para o mesmo fim.

RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL

PROBLEMA: Falta de uniformes de identificação e de EPIs por parte dos coletores.

AÇÃO: Utilização de EPIs e uniformes.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 500,00/mês.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras.

O atual aterro sanitário de Florínea apresenta-se em situação crítica, necessitando de algumas correções imediatas com a disposição de um trator esteira para cobertura e compactação dos resíduos diariamente, além de fechamento do aterro, com cerca, portão e guarita e também de cerca verde para adequação do aterro.

A atual destinação de resíduos do município de Florínea ocorre no Aterro Sanitário em Valas do Município, com Licença Ambiental de Operação emitida pela Cetesb, nº 59100034. O

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

aterro apresenta prazo de encerramento de dois anos e assim, se faz necessário à destinação dos resíduos em um novo local, desde que ambientalmente adequada.

Uma proposta futura seria a destinação dos resíduos para uma unidade de tratamento térmico de resíduos sólidos a ser construído em Palmital, SP, que está a uma distância de 79 quilômetros de Florínea. O Civap realizou em 2011 uma licitação para a construção da unidade. Lembrando que no dia 14 de março de 2011, foi assinado pelo atual prefeito de Florínea, um Termo de Adesão com o Civap, com a finalidade de expressar a adesão voluntária dos municípios ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO RELATIVO À CONCESSÃO PARA TRATAMENTO TÉRMICO E DESTINAÇÃO FINAL DS RESÍDUOS SÓLIDOS.

A construção de um novo aterro sanitário no município não é indicado, dados a baixa geração de resíduos no município e a criação de um novo passivo ambiental com esta instalação. Lembramos que os princípios da Lei Federal 12.305/10, fazem menção a: I – Não Geração de resíduos; II – Redução; III – Reutilização; IV – Reciclagem; V – Tratamento dos resíduos; e VI – Disposição final de rejeitos; o que coloca a utilização de aterros sanitários como última opção, e utilização apenas para rejeitos. Abaixo Quadro que apresenta as Vantagens e Desvantagens técnicas da implantação de um aterro.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none">• Custo de investimento é menor que o requerido por outras formas de tratamento de resíduos;• Custo de operação menor que o requerido pelas instalações de tratamento de resíduos;• Apresenta poucos rejeitos e refugos a serem tratados em outras instalações (Chorume e Metano);• Simplicidade Operacional;• Flexibilidade Operacional, sendo capaz de operar bem mesmo com flutuações nas quantidades de resíduos geradas.	<ul style="list-style-type: none">• Não trata os resíduos, consistindo em uma forma de armazenamento no solo;• Requer áreas cada vez maiores;• A operação sofre ação das condições climáticas;• Apresenta risco de contaminação do solo e da água subterrânea.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL

PROBLEMA: O atual aterro sanitário se apresenta próximo ao prazo de encerramento e se faz necessário encontrar outro local para disposição do resíduo sólido.

AÇÃO: Definir local da nova destinação de resíduos sólidos.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: março de 2014.

CUSTO ESTIMADO: à complementar.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal do Meio Ambiente e Prefeito Municipal.

Também é necessário atentar, para que quando for encontrado um novo local para destinação dos resíduos sólidos, o local de disposição atual, no caso o Aterro Sanitário em Valas do Município de Florínea, deverá ser devidamente encerrado, com um plano de recuperação de áreas degradadas para aquele local.

RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS – COLETA CONVENCIONAL

PROBLEMA: Plano de Recuperação e Áreas Degradadas – PRAD para encerramento do atual Aterro Sanitário em Valas de Florínea.

AÇÃO: Elaboração e execução do PRAD.

META: Médio prazo (até 10 anos).

PRAZO ESTIMADO: dezembro de 2017.

CUSTO ESTIMADO: à complementar. Os custos dependem do projeto de recuperação de áreas degradadas.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

3.2. COLETA SELETIVA – MATERIAIS RECICLÁVEIS

No município de Florínea não existe coleta regular de materiais recicláveis realizada pela prefeitura. Atualmente esta coleta é realizada por três famílias de catadores autônomos, um total de cinco catadores que não recebem nenhum apoio da prefeitura. Logo, faz-se necessário a formalização desses catadores.

Para a coleta dos resíduos recicláveis, cada família dispõe de dois carrinhos bags, e após a coleta, os materiais são acondicionados no quintal da própria residência dos catadores, de maneira totalmente inadequada, possibilitando a criação de vetores.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

Dessa forma, é importante que além da formalização dos catadores, seja construído um barracão para acondicionar os materiais de forma adequada e também, para que estes possam ser triados. Também é necessário a aquisição de um caminhão próprio para auxiliar na coleta dos materiais, bem como a aquisição de equipamentos, para assim, melhor estruturar a coleta seletiva para que dessa forma, sua abrangência seja maior e mais eficiente.

Uma das soluções para formalização destes catadores, para obter melhores condições de trabalho e melhor eficiência de coleta, é a associação dos catadores a ARCOOP – Associação Regional de Cooperativas Populares, onde poderá se utilizar o sistema de coleta dos resíduos recicláveis pelos catadores já existentes, que receberão um salário da ARCOOP, e a prefeitura irá disponibilizar um caminhão para encaminhar estes resíduos até a associação ou cooperativa já estruturada mais próxima, e estes catadores do município de Florínea receberão a porcentagem de lucro referente ao material coletado.

RESÍDUOS RECICLÁVEIS – COLETA SELETIVA

PROBLEMA: Coleta seletiva informalizada

AÇÃO: Formalização da coleta seletiva.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: à complementar.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

Apesar dos problemas identificados durante o diagnóstico na Coleta Seletiva do município de Florínea, o PIRS a ser elaborado pelo Civap em 2014, contará com um item específico de avaliação e estruturação da coleta seletiva em cada um dos municípios avaliados. Apesar de ser um plano regional, o foco na coleta seletiva será individualizado, verificando os problemas e propondo soluções municipais, e também regionais, sendo avaliado caso a caso.

Além disso, para uma coleta mais eficiente, campanhas de educação ambiental com relação à separação dos resíduos em cada residência são necessárias, para a adesão de novos moradores à coleta seletiva, e aumento da porcentagem de resíduos recicláveis coletados.

Deve-se existir uma sólida parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Diretoria Municipal de Meio Ambiente a fim de efetuar um trabalho de educação ambiental efetivo nas escolas para que a coleta seja eficiente, bem como todas as outras questões na qual a educação ambiental deva ser envolvida.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS RECICLÁVEIS – COLETA SELETIVA

PROBLEMA: Não existem campanhas de educação ambiental para separação dos resíduos nas residências e entrega a coleta seletiva.

AÇÃO: Criação de campanhas de educação ambiental porta a porta e nas escolas para a separação dos resíduos nas residências e entrega a coleta seletiva.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: à complementar.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

3.3. VARRIÇÃO E RESÍDUOS DE PODA E CAPINA

Atualmente a varrição do município atende toda área urbana e também o Balneário Municipal, por ser um lugar que recebe uma grande quantidade de turistas nos finais de semana. O serviço é realizado pela Empresa Varrição - Silveira e Biazetto Ltda-ME, que dispõe de uma equipe de 15 funcionários, sendo 14 auxiliares e um motorista, os equipamentos e transportes utilizados são cedidos pela prefeitura. Para este serviço, é utilizado um trator, ano 1986, que apesar de ter 27 anos de uso, encontra-se em um bom estado de conservação.

A mecanização do trabalho auxilia e substitui grande quantidade de varredores, porém existem condições ideais necessárias para que esta mecanização ocorra, o que acontece em boa parte do centro da cidade de Florínea. No entanto o custo de aquisição e manutenção destes equipamentos torna-se inviável neste momento para o município de Florínea.

Os serviços de poda e capina também são realizados pela mesma empresa que executa o serviço de varrição, contudo, o serviço que deveria ser realizado pelos funcionários da empresa não ocorre, e assim, a Prefeitura Municipal acaba cedendo os funcionários para a realização deste serviço. Visto isso, faz-se necessário que a prefeitura cobre a empresa prestadora do serviço para o cumprimento ou caso isso não ocorra, até mesmo o cancelamento do contrato, uma vez que a prefeitura está tendo gastos por um serviço não prestado.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, PODA E CAPINA

PROBLEMA: Serviço de poda e capina não é realizado pela empresa contratada;

AÇÃO: Cobrança pelo cumprimento do contrato ou cancelamento do mesmo.

META: curto (até 3 anos).

PRAZO ESTIMADO: fevereiro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria de Meio Ambiente.

Para auxiliar no serviço, são utilizados três caminhões, sendo que dois deles, ambos caminhões ano 1987, encontram-se em um estado de conservação bastante precário, sendo assim, necessário a aquisição de novos veículos para estes serviços. Como estes caminhões também são utilizados para o serviço de coleta de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos, estes acabam ficando sobrecarregados, e conseqüentemente prejudicando o estado de conservação dos veículos.

RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, PODA E CAPINA

PROBLEMA: Caminhões utilizados para auxílio da varrição em estado de conservação precário.

AÇÃO: Aquisição de dois caminhões novos para substituir os dois caminhões ano 1987.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: dezembro de 2015.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 400 mil.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras.

Não foi constatado durante visita a campo a utilização de uniformes pelos funcionários da empresa e em pelos da prefeitura. Quantos aos EPIs, os funcionários da varrição utilizavam luvas e botas, e os que realizavam a poda e capina utilizavam botas, luvas, óculos e abafador.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS VARRIÇÃO PODA E CAPINA.

PROBLEMA: Falta de uniformes de identificação e de EPIs por parte dos coletores.

AÇÃO: Utilização e controle de EPIs e uniformes.

META: Curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 500,00/mês.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras.

Como ambos os serviços são realizados por uma empresa terceirizada, faz-se necessário uma avaliação nos custos com a contratação de empresas terceirizadas para cuidarem destes resíduos ou a aquisição de equipamentos, veículos e mão-de-obra, por parte da prefeitura municipal para que estes serviços sejam realizados com forças próprias a fim de reduzir os custos e empregar o orçamento gasto sem necessidade em outros locais onde a necessidade é maior.

RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, PODA E CAPINA

PROBLEMA: Custo do serviço de terceirização de serviços de varrição, poda e capina X eficiência do trabalho.

AÇÃO: Levantamento de custos da atual situação e avaliação de custos do serviço em relação a eficiência prestada, para possível cancelamento de contrato.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: junho de 2016.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Serviços Urbanos e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

3.4. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A coleta dos resíduos oriundos da construção civil é realizada pela mesma empresa que faz o serviço de varrição, poda e capina. Para isso, a empresa dispõe de um caminhão poliguindaste, ano 1979, com capacidade de carga de 10 toneladas, que encontra-se em um estado de conservação bastante precário, além de utilizar também de dois dos caminhões utilizados também no recolhimento de resíduos verdes.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

Sendo assim, é necessária a substituição destes caminhões, o que irá melhorar a eficiência do trabalho de coleta destes resíduos, e reduzir o custo com manutenções periódicas.

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

PROBLEMA: Caminhão utilizado na coleta de resíduos da construção civil em estado de conservação precário.

AÇÃO: Aquisição de um caminhão poliguindaste novo.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: dezembro de 2014.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 250 mil

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

Existem cinco caçambas que são disponibilizadas para o armazenamento dos resíduos da construção civil, mas, durante a visita ao município, verificou-se que existem apenas duas caçambas em condições de uso, sendo, dessa maneira, insuficiente para a coleta no município. É necessário, portanto a aquisição de novas caçambas.

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

PROBLEMA: insuficiência de caçambas para armazenamento de resíduos da construção civil.

AÇÃO: Aquisição de novas caçambas

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: julho de 2014.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 1.400,00 / caçamba

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Compras e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

O município de Florínea participa do PROBEN-RCC, contudo ainda não dispõe de rampa de acesso ao britador e sapatas em concreto armado como base para instalação do equipamento móvel.

Enquanto não há implantação do equipamento e rampa de acesso ao triturador, os resíduos são destinados ao Aterro Sanitário em Valas de Florínea.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

PROBLEMA: Ausência da base para implantação do equipamento para rampa de acesso ao triturador, para beneficiamento dos resíduos da construção civil.

AÇÃO: Aquisição de um local adequado para posterior construção da rampa para acesso ao triturador.

META: Médio prazo (até 10 anos).

PRAZO ESTIMADO: novembro 2017

CUSTO ESTIMADO: à complementar.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Obras Urbanas.

3.5. RESÍDUOS VOLUMOSOS

No município de Florínea, a coleta de resíduos volumosos é realizada pela mesma empresa que presta os serviços de varrição, poda, capina e coleta de resíduos da construção civil. Para o transporte destes resíduos é utilizado os mesmos caminhões usado na coleta de resíduos da construção civil e resíduos verdes, que encontra-se em um estado de conservação precário e assim, necessitando da substituição.

No município, a coletas são realizadas mensalmente, mas, aconselha-se que sejam realizados mutirões de coletas de resíduos volumosos com uma frequência menor, podendo ser realizada por trimestre ou até mesmo por semestre, dependendo de acordo com a quantidade de resíduos volumosos gerados. Assim, será empregada uma quantidade menor de mão de obra e de equipamentos, economizando, dessa forma, tempo e recursos da prefeitura.

Mas, para aumentar a eficiência dos mutirões, é necessário que além da divulgação das datas de realização destes mutirões, seja, através de carros de sons, redes sociais, haja uma campanha de Educação Ambiental para população.

RESÍDUOS VOLUMOSOS

PROBLEMA: Campanhas de coleta realizadas mensalmente

AÇÃO: Diminuir a frequência de coleta de resíduos volumosos

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: junho de 2014.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Serviços Urbanos.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS VOLUMOSOS

PROBLEMA: Ausência de Educação Ambiental e divulgação dos mutirões

AÇÃO: Criação de Educação Ambiental para a população e formas de divulgação para informar as datas dos mutirões.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: junho de 2014.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

3.6. RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

Os resíduos do serviço de saúde, classe “D”, classificados como comuns, se caracterizam como resíduos compostos por papéis e plásticos, sem contaminação alguma, são coletados juntamente com a coleta convencional e destinados ao aterro da cidade.

Já os resíduos das classes “A”, “B” e “E”, são coletados por uma empresa especializada. Os resíduos dos estabelecimentos públicos são coletados pela Cheiro Verde Serviço Ambiental Ltda. EPP., ficando o ônus para o poder público. Os resíduos dos estabelecimentos são encaminhados até a Unidade de Atendimento de Saúde Integrada (UBSI), para que depois, a empresa contratada faça a coleta.

Os resíduos dos estabelecimentos particulares, por se tratarem todos de filiais, são encaminhados a suas matrizes em outros municípios, onde a destinação é efetuada.

A situação de armazenamento dos resíduos na Unidade de Atendimento de Saúde Integrada (UBSI) é boa e atende as normas vigentes. Os resíduos ficam fora do estabelecimento, em local exclusivo, e trancados, com acesso apenas de funcionários autorizados. Fica sob responsabilidade dos estabelecimentos geradores realizar a entrega na UBSI, facilitando dessa forma a coleta pela empresa contratada.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

PROBLEMA: Resíduos do serviço de saúde de estabelecimentos comerciais são coletados e destinados pela prefeitura.

AÇÃO: adequação na legislação municipal para a destinação dos resíduos do serviço de saúde ter sua destinação com o ônus do gerador.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2015.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Higiene e Saúde e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

A empresa Cheiro Verde Ambiental Ltda EPP., contratada para realizar a destinação dos resíduos de saúde é licenciada pelo órgão ambiental e seus processos de destinação são ambientalmente corretos de acordo com a avaliação técnica realizada pelo Civap.

Não foi efetuada uma caracterização dos resíduos de saúde encaminhados para as empresas responsáveis pela destinação, mas, faz-se necessário, para fins de educação e treinamento dos colaboradores dos estabelecimentos de saúde, que seja efetuada campanhas de educação ambiental, com foco na separação de resíduos dentro destes estabelecimentos. Isto pode acarretar em uma redução na quantidade de resíduos não contaminados que são erroneamente misturados aos resíduos contaminados e são destinados juntamente, para as empresas especializadas.

Tal fato aumenta o volume destinado e por consequência, o custo na destinação dos resíduos do serviço de saúde.

RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

PROBLEMA: Resíduos não contaminados podem estar sendo misturados a resíduos contaminados e destinados juntamente, aumentando o volume dos resíduos contaminados e/ou destinando resíduos contaminados em local inadequado.

AÇÃO: Treinamento de colaboradores dos estabelecimentos de saúde para uma correta destinação dos resíduos contaminados e dos resíduos não contaminados, e seu correto acondicionamento.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: janeiro de 2015.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Higiene e Diretoria Municipal do Meio Ambiente

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

3.7. RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Dentro da caracterização de resíduos industriais, encontram-se além de indústrias, os grandes geradores, que geram acima de 200 litros de resíduos por dia, e os geradores de resíduos classificados pela norma NBR 10.004 como perigosos.

Dentre eles, podemos citar as principais indústrias do município, como a Sucata Confiança, os supermercados, postos de combustíveis e oficinas mecânicas por exemplo.

O município não possui legislação específica para este tipo de geradores, dos quais, muitos deles, tem seus resíduos recolhidos e destinados pela prefeitura. A responsabilidade de destinação destes geradores é própria, se fazendo assim necessária a criação de uma legislação municipal adequada, e posterior fiscalização, para cumprimento desta responsabilidade.

Como ocorre a emissão de alvará de funcionamento pela prefeitura para todos esses estabelecimentos, também é necessário que o órgão municipal responsável pelo meio ambiente tenha conhecimento de todo resíduo gerado, quantidade e destinação final, de cada estabelecimento gerador de resíduo, seja industrial, considerado como grande gerador, ou gerador de resíduo classificado como perigoso, por meio de um inventário de resíduos anual e de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que pode ser apresentado a prefeitura a cada 04 anos.

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

PROBLEMA: Não existe legislação municipal específica para resíduos industriais, grandes geradores, ou geradores de resíduos perigosos.

AÇÃO: Criação de legislação municipal e fiscalização para os resíduos industriais, grandes geradores, e geradores de resíduos perigosos de acordo com a NBR 10.004.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: março de 2015.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Prefeito, Câmara Municipal e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

3.8. RESÍDUOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

O município de Florínea possui apenas um terminal rodoviário no município. Este tem seus resíduos coletados pela prefeitura municipal, juntamente com o resíduo convencional, e sua disposição é efetuada junto ao aterro sanitário municipal.

Pelo motivo do município receber apenas veículos de municípios brasileiros, a coleta pode ser efetuada desta maneira, atendendo desta forma a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 56, de 06 de agosto de 2008, da ANVISA, que dispõe sobre as Boas Práticas no Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas áreas de Portos, Aeroportos, entre outros.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

3.9. RESÍDUOS DA ZONA RURAL

No município de Florínea a coleta de zona rural ocorre apenas nos dois condomínios de chácaras e no balneário, onde é realizada apenas a coleta convencional. A coleta seletiva não é realizada nestas localidades. Os demais bairros da zona rural não recebem nenhum tipo de coleta.

Os resíduos gerados nessas localidades são trazidos para locais na cidade em que a coleta é efetuada, levados diretamente até o aterro sanitário, ou queimados e enterrados em suas propriedades, pelos moradores destes bairros.

Tais eventos não se apresentam como corretos, dado o fato que toda a população tem o direito à coleta dos resíduos, e a queima de resíduos a céu aberto é uma prática proibida pela Lei Federal nº 12.305/10.

A fim de solucionar este problema, se faz necessária à implantação de coleta de resíduos convencional e também a coleta de resíduos recicláveis na em todas as localidades da zona rural. Essa coleta pode ocorrer, a fim de facilitar à logística, utilizando-se de lixeiras colocadas em pontos estratégicos, onde a população destes bairros possa centralizar os resíduos, facilitando o carregamento e agilizando a coleta.

A coleta pode ocorrer em dois dias por semana, sendo um para coleta de recicláveis e um para coleta convencional. Isto é possível, pois os resíduos orgânicos são aproveitados para a geração de adubo a ser utilizado em hortas e demais atividades na zona rural. Com uma campanha de separação dos resíduos na zona rural, pode-se ocorrer a destinação correta de resíduos, um aproveitamento de matéria orgânica em pequenas produções na área rural, e aumento da renda gerada na associação de catadores.

RESÍDUOS DA ZONA RURAL

PROBLEMA: Coleta deficiente na zona rural.

AÇÃO: Expandir a coleta convencional e reciclável para todos os bairros da zona rural.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: junho de 2016.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 800,00 / lixeira; utilizar de caminhão basculante oriundo de outra atividade.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Obras Urbanas, Diretoria Municipal de Serviços Urbanos e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DA ZONA RURAL

PROBLEMA: População não efetua a correta disposição dos resíduos na zona rural.

AÇÃO: Efetuar campanhas de educação ambiental para a correta destinação dos resíduos nos bairros rurais.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: junho de 2016.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 200,00 / milhar de panfletos.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação.

3.10. RESÍDUOS DAS ATIVIDADES AGROSSILVOPASTORIS

Os resíduos gerados nestas atividades, como embalagens de agrotóxicos serão tratados em tópico específico.

As embalagens de vacinas e medicamentos para animais tem sua destinação, quando utilizados em pequena escala, normalmente efetuada juntamente com o lixo doméstico. Já quando utilizados em larga escala, estes resíduos normalmente são devolvidos ao estabelecimento comercial onde a compra foi efetuada.

Diante disto, se faz necessário a criação de campanhas de educação ambiental para a população rural, a fim de efetuar a devolução das embalagens para uma correta destinação, bem como da criação de um sistema de fiscalização para que esta devolução realmente ocorra.

Para que isto ocorra, é de bom grado se firmar parceria com a CATI e a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo para que um programa de acompanhamento e de instruções seja elaborado, para que o proprietário rural, possa, de maneira simples, efetuar o descarte correto das embalagens. A parceria é prioritária pela proximidade que estes órgãos, em especial a CATI, têm com os produtores rurais, facilitando o acesso a informação e garantindo a confiança nas informações passadas.

Por meio de campanhas, pode-se solicitar a guarda destas embalagens, para uma posterior retirada em estilo de mutirão, e solucionar da maneira mais simplificada possível. Pode-se utilizar como ferramentas, a distribuição de cartilhas, e palestras junto aos proprietários rurais.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

RESÍDUOS DE ATIVIDADES AGROSSILVOPASTORIS

PROBLEMA: População não efetua a destinação correta dos resíduos oriundos das atividades agrossilvopastoris.

AÇÃO: Promover em parceria com a CATI e Secretaria de Agricultura Estadual, por motivos de proximidade com o produtor rural, programa de armazenagem e entrega destas embalagens, em estilo de mutirão, para correta destinação.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: dezembro de 2016.

CUSTO ESTIMADO: R\$ 800,00 / milhar de cartilha.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Agricultura e Pecuária, Diretoria Municipal do Meio Ambiente e CATI.

3.11. RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SANEAMENTO

A estação de tratamento de efluentes de Florínea é constituída de gradeamento, calha Parshal e duas lagoas, uma facultativa e uma anaeróbica. No gradeamento são retirados de 3 a 5 quilogramas de resíduos por dia. Estes resíduos são dispostos no aterro sanitário em valas de Florínea ou no aterro da ETE Limoeiro, em Presidente Prudente, sendo o transporte por conta da SABESP.

A fim de haver uma redução de peso e volume dos resíduos, é uma opção boa prática se criar um leito de secagem de resíduos dentro da área da estação de tratamento de efluentes. O custo de destinação destes resíduos irá ser reduzido, dado a redução do volume. No entanto, a realização desta obra deve ser por conta da SABESP.

3.12. RESÍDUOS DE ÓLEO COMESTÍVEL

Os resíduos de óleo comestível são coletados junto a uma campanha permanente, onde o munícipe pode trocar 1 litro de óleo usado por uma barra de sabão artesanal. Os resíduos de óleo coletados são tratado pela empresa ECO VALE, que usa os resíduos para fazer sabão artesanal. O munícipe pode fazer a entrega do resíduo na Diretoria Municipal do Meio Ambiente, que funciona como ponto de coleta. Contudo, nem todos os munícipes fazem a entrega voluntária desses resíduos.

Para maior eficiência da coleta destes resíduos, sugere-se maior abrangência da Educação Ambiental, ampliando a campanha para as escolas municipais, bem como para a população em geral.

3.13. RESÍDUOS CEMITERIAIS

Os resíduos gerados dentro do cemitério, como flores e velas, são depositados em lixeiras distribuídas pelo cemitério e são destinados ao aterro sanitário em valas de Florínea, juntamente com os resíduos da coleta convencional.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

Por ser um município pequeno, ainda não houve a necessidade de retirar os resíduos de dentro dos jazigos como as ossadas, e quando há necessidade de se retirar os resíduos de caixões, estes são queimados no próprio cemitério.

A prática da queima do resíduo a céu aberto é inadequada e proibida pela Lei Federal nº 12.305, em seu artigo 47, inciso III. Estes resíduos também não podem ser dispostos em aterro sanitário, pois são resíduos contaminados por necrochorume. Desta forma, estes resíduos devem ser destinados às empresas que realizam coleta de resíduos do serviço de saúde, e um novo contrato deve ser lavrado entre a prefeitura e a empresa terceirizada responsável por este resíduo, no caso do município de Florínea, a Cheiro Verde Serviço Ambiental Ltda. EPP.

RESÍDUOS FUNERÁRIOS

PROBLEMA: A destinação dos resíduos funerários oriundos dos jazigos, como restos de caixões e roupas, é inadequada.

AÇÃO: Criação de um sistema de recolhimento e destinação final, por empresas especializadas, podendo ser a mesma empresa que realiza a destinação de resíduos do serviço de saúde.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: julho de 2016.

CUSTO ESTIMADO: à complementar. Deverá ser firmado novo contrato

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Licitações e Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

O cemitério municipal de Florínea, não dispõe de licenciamento ambiental para operação. Desta forma é necessário que seja efetuada uma regularização junto à Cetesb, solicitando a licença de operação para o empreendimento já existente, ou o licenciamento em todas as suas fases para novos empreendimentos.

RESÍDUOS FUNERÁRIOS

PROBLEMA: Não existe licença ambiental de operação para o cemitério instalado no município.

AÇÃO: Regularização do cemitério e solicitação de licença ambiental de operação.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: dezembro de 2015.

CUSTO ESTIMADO: à complementar. As despesas do licenciamento estarão relacionadas a solicitações feitas pela Cetesb para a regularização.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

3.14. RESÍDUOS ESPECIAIS

3.14.1. RESÍDUOS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES

No município existe apenas um estabelecimento que faz a troca de óleo lubrificante, que é um posto combustível, sendo que este, possui licenciamento ambiental.

A empresa que atua no município de Florínea com relação à destinação dos resíduos de óleo lubrificante é a Prolub Rerrefino de Lubrificantes Ltda., que recolhe o óleo lubrificante utilizado e realiza o rerrefino para que este óleo retorne a cadeia produtiva.

Os resíduos de óleo lubrificante, suas embalagens, filtros e estopas utilizadas, são resíduos perigosos gerados, que traz os postos de combustível e as oficinas mecânicas, para o âmbito da lei a ser elaborada, referente os resíduos industriais, grande geradores e geradores de resíduos perigosos. E diante disto, deve haver uma fiscalização também sobre estes estabelecimentos, referente aos seus resíduos gerados, quantidades e destinação, e por este motivo, toda a documentação deverá ser entregue por todos estes estabelecimentos à Diretoria Municipal de Meio Ambiente do município para avaliação.

Também deve-se criar uma sistemática para estabelecer uma fiscalização estendida também para lava-rápidos e semelhantes, pois estes utilizam desengraxantes tipo Solupan®, gerando assim águas residuais contaminadas por óleos lubrificantes.

RESÍDUOS DE ÓLEO LUBRIFICANTE

PROBLEMA: Não existe legislação municipal específica para fiscalização dos estabelecimentos que geram resíduos perigosos.

AÇÃO: agregar à legislação de resíduos industriais e de grandes geradores a legislação de resíduos perigosos como graxas e óleo lubrificantes.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: março de 2015.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Prefeito, Câmara Municipal e Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

3.14.2. RESÍDUOS DE PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS, ELETROELETRÔNICOS, PILHAS E BATERIAS

Para destinação destes resíduos, o município de Florínea participa de um projeto do Civap, o qual faz parte desde o início, que é o projeto ECO.VALEVERDE, que faz o recebimento de pneumáticos inservíveis, eletroeletrônicos obsoletos e pilhas e baterias usadas.

O município faz o agendamento da entrega junto do Civap e faz a destinação destes materiais, que ficam armazenados em um barracão licenciado para este fim, e quando a carga se torna suficiente, o Civap solicita a coleta destes resíduos para dar a destinação adequada.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

Os pneumáticos são encaminhados para a empresa Policarpo Reciclagem, por meio da Reciclanip, associação criada pelos grandes fabricantes de pneus, que faz trituração destes pneus para serem utilizados para diversos fins, ou os encaminha para queima em fornos de beneficiamento de cimento.

Os eletrônicos são encaminhados para a Eletrolixo Logística Reversa, que após a coleta, desmonta todos os equipamentos, retirando e separando todos os componentes, para aqueles que forem passíveis de reciclagem, a venda, e para aqueles que não forem, a destinação adequada para aterros Classe IIA e Classe I.

As pilhas e baterias são entregues a GM&C Logística e Transportes, que realiza a coleta em bombonas identificadas, e faz a destruição dos resíduos por meio de trituração, e faz a correta destinação dos resíduos, recuperando alguns metais presentes nas pilhas e baterias, e encaminhando seus rejeitos para aterros Classe IIA e Classe I.

Todas as empresas que realizam coleta dos resíduos no Projeto ECO.VALEVERDE tem sua documentação avaliada pela equipe técnica do Civap, a fim de verificar a idoneidade destas, e também tem seus processos avaliados *in loco*, também pelo Civap, por meio de auditorias, para verificar os procedimentos e destinação dos resíduos.

O projeto abrange 24 municípios na região do Vale do Paranapanema, se apresentando como uma solução regional de destinação de resíduos, que anteriormente, se demonstravam como grandes problemas para logística e destinação.

Para transportar estes resíduos a Prefeitura dispõe de um caminhão basculante, o mesmo utilizado na coleta de resíduos verdes, que encontra-se em um ótimo estado de conservação.

Paralelamente, sem nenhum vínculo com a Prefeitura, por iniciativa própria, o Banco Santander também realiza a coleta de pilhas e baterias, sendo o próprio banco responsável pela destinação correta destes resíduos.

3.14.3. EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

A destinação de embalagens de agrotóxicos já é um procedimento que ocorre de maneira bem estruturada em todo o país, dado a quantidade de campanhas efetuadas pelo Ministério da Agricultura, com o objetivo de educar os produtores rurais para este fim.

Nossa região também dispõe de uma grande central de recebimentos dessas embalagens, situada no município de Paraguaçu Paulista, a Associação Regional de Recebimento e Prensagem de Embalagens Vazias – ARPEV, que recebe embalagens de diversos municípios do estado, transpassando as divisas da região da bacia do Médio Paranapanema.

No município de Florínea, os agricultores ficam encarregados de entregar as embalagens no estabelecimento comercial onde foi realizada a compra ou levam as embalagens para a Cooperativa Agrícola de Pedrinhas Paulista (C.A.P.P), que posteriormente realiza a coleta na ARPEV em Paraguaçu Paulista.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

3.14.4. LÂMPADAS FLUORESCENTES

Em visita à campo, verificou-se que não há no município de Florínea programas ou pontos de recebimento de lâmpadas de vapores metálicos e de vapor misto. Este problema ocorre já que não existe o cumprimento da logística reversa por parte de fabricantes, e comerciantes por exemplo.

O Civap, diante do problema existente, verificado mesmo antes do início da elaboração deste plano, buscou opções de destinação destas lâmpadas para seus municípios consorciados, porém, encontrou empresas no mercado que realizam apenas a descaracterização destes resíduos, não realizando a sua descontaminação, principalmente em que se trata do mercúrio. Os preços praticados por estas empresas também se apresentavam elevados, variando entre R\$ 0,60 e R\$ 2,70 por unidade de lâmpada descaracterizada.

Como a Lei Federal nº 12.305, menciona como responsáveis, apenas os comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores, o poder público não deve pagar para que a logística reversa ocorra, e desta forma, a prefeitura de Florínea, encontra-se impossibilitada de realizar a destinação destes resíduos.

Acordos setoriais referentes a estes resíduos estão sendo firmados, e cabe a prefeitura de Florínea aguardar a melhor solução para este problema.

4. ÁREAS CONTAMINADAS E PASSÍVOS AMBIENTAIS

No município de Florínea, foram identificadas como possíveis áreas contaminadas ou de passivo ambiental, a área do atual aterro municipal em valas e o antigo aterro em valas. Apesar de apresentar licença ambiental, a forma de destinação em aterro, apresenta-se como criação de um passivo ambiental, já que no aterramento de resíduos, não ocorre nenhum tipo de redução de volume dos resíduos, a degradação destes, apresenta como subprodutos o chorume e o gás metano, poluentes conhecidos.

Nas áreas utilizadas pelo aterro sanitário, após seu encerramento, não é possível a construção de nenhum empreendimento, tornando aquela área imprópria para diversos fins.

Diante do exposto, faz-se necessário a destinação mínima de resíduos para os aterros, sendo efetuadas todos os objetivos mencionados no artigo 7, Inciso II da Lei Federal nº 12.305: não geração; redução; reutilização; reciclagem; tratamento dos resíduos; e apenas como destinação de rejeitos, a destinação final em aterro sanitário.

O aterro de Florínea apresenta-se em processo de finalização, pois a área útil a ser utilizada, encontra-se no fim. Desta maneira, é necessária a identificação de uma nova área para a destinação dos resíduos.

No município de Quatá, distante 97 quilômetros do município de Florínea, existe um aterro sanitário particular, que pode ser usado como destinação dos resíduos, dado o porte do aterro, que foi instalado no município, mas com a intenção de destinação de resíduos regionais. Existe também o projeto de tratamento térmico de resíduos sólidos, que será instalado no município de Palmital, distante 79 quilômetros do município de Florínea, que encontra-se em fase construção, e que apesar da maior distância do município, apresenta-se

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

como uma solução sem geração de passivo ambiental, já que os resíduos irão ser transformados em energia elétrica.

Diante das alternativas, cabe ao município de Florínea, encontrar a melhor solução para destinação de seus resíduos.

ÁREAS CONTAMINADAS E PASSÍVOS AMBIENTAIS

PROBLEMA: O aterro sanitário de Florínea encontra-se em fase final de operação, e é necessária a identificação de uma nova área para disposição final de resíduos.

AÇÃO: atendendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito aos seus objetivos, pode-se optar na escolha entre o aterro da empresa Revita no município de Quatá, ou o empreendimento para produção de energia elétrica com o RSU da PCD Empreendimentos, que encontra-se em fase de instalação no município de Palmital.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: março de 2014.

CUSTO ESTIMADO: a complementar. O custo da destinação esta relacionado a escolha da destinação dos resíduos sólidos.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Prefeito, Secretaria da Fazenda e Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

Dependendo da escolha efetuada, será necessária a criação de áreas de transbordo de resíduos, a fim de reduzir os custos com frete. Essas áreas de transbordo poderão ser utilizadas por cidades próximas, com o objetivo sempre de reduzir os custos.

Após o encerramento do aterro, e necessário que seja elaborado e implantando um plano de encerramento do aterro sanitário. O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, é parte fundamental deste plano e é necessário para coleta e tratamento de chorume e gás metano liberado pelos resíduos em decomposição que estão aterrados.

A necessidade deste PRAD foi mencionada no item 3.1 deste prognóstico.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Foram identificados no município de Florínea apenas um projeto de Educação Ambiental, considerando-se insuficiente de acordo coma análise técnica deste plano.

A educação ambiental é o pilar de sustentação para os demais serviços prestados na área ambiental e também na área de resíduos sólidos. E para determinar um trabalho efetivo e eficiente, é necessária uma grande reestruturação na política de educação ambiental no município.

No município de Florínea, existe a Lei Municipal nº 331 de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Educação Ambiental na rede Municipal

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

de Ensino de Florínea, contudo, a Educação Ambiental não está sendo aplicada nos ensinos, visto que só existe projeto para a coleta de óleo comestível, sendo assim, necessário a criação de projetos de Educação ambiental, para a conscientização sobre a destinação correta dos resíduos.

Deve-se portanto fazer com que se cumpra a lei municipal, criando projetos de educação ambiental para toda a rede de ensino municipal, em todas as escolas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROBLEMA: existem poucos projetos de educação ambiental implantados no município.

AÇÃO: implantar projetos de educação ambiental nas escolas da rede municipal, órgãos públicos e com munícipes em áreas relacionadas a resíduos sólidos (coleta convencional, coleta seletiva, resíduos da construção civil, resíduos volumosos, resíduos da zona rural e agrosilvopastoris, resíduos de óleos, pneus, eletroeletrônicos, pilhas e baterias, lâmpadas e lubrificantes.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: agosto de 2015.

CUSTO ESTIMADO: a complementar. Os custos de cada projeto dependem da temática e forma de abordagem adotada.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

6. ANÁLISE FINANCEIRA

O município de Florínea possui taxa de limpeza pública incluída na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, onde, o valor arrecadado no ano de 2013 foi de R\$ 131.985,79, e não tem destinação para uma conta exclusiva.

Os custos com a gestão dos resíduos sólidos no município não foi apresentado, já que os responsáveis por este gerenciamento não dispõe deste levantamento.

Para um efetivo controle destes custos, é necessário que se tenha em mãos, planilhas que demonstrem qual é o custo de coleta e destinação de cada resíduos, mesmo que com variações, é necessário se trabalhar com as médias relacionadas a cada resíduos para que metas de redução sejam traçadas e também para acompanhamento dos recursos públicos municipais.

Desta forma, por meio do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – PIRS, a ser elaborado pelo Civap e por uma empresa a ser contratada por meio de licitação, com previsão de início para 2014, será possível iniciarem os trabalhos de planificação de custos para que seja mais clara a gestão dos recursos municipais.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

ANÁLISE FINANCEIRA

PROBLEMA: Não existe planificação dos custos praticados com relação a coleta e destinação dos resíduos sólidos no município.

AÇÃO: todos os custos de coleta e destinação de resíduos devem ser planificados para que seja iniciada a gestão destes e uma possível redução e controle das despesas públicas.

META: curto prazo (até 03 anos).

PRAZO ESTIMADO: abril de 2015.

CUSTO ESTIMADO: sem custo.

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO: Diretoria Municipal de Obras Urbanas e Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das ações e procedimentos propostos neste PMGIRS é de responsabilidade da Diretoria Municipal do Meio Ambiente, que deverá criar indicadores de quantidades de resíduos gerada e destinada, e apresenta-las à população, por meio de modelos de “gestão à vista”, publicações no endereço eletrônico da prefeitura e por de redes sociais, bem como nos meios de comunicação locais.

Os indicadores podem estar relacionados às quantidades de resíduos coletados, especificando por tipo de resíduo, e poderá ser apresentado também a destinação e o custo da mesma.

Esses indicadores podem ser utilizados como meio de educação ambiental para a população, para redução na geração dos resíduos e redução dos custos com o transporte e a destinação final.

O modelo de gestão a vista, pode demonstrar para a população e também para todos os funcionários do poder público, envolvidos ou não com a área de resíduos sólidos, quanto é gerado de cada tipo de resíduo no município e dessa maneira, seja criada uma consciência ambiental para a redução dos resíduos gerados.

8. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA – CIVAP

O Consórcio Intermunicipal do vale do Paranapanema – Civap, como órgão de auxílio na gestão dos municípios, apresenta este PMGIRS na forma de um auxílio técnico aos seus municípios consorciados na elaboração deste plano, já que em sua maioria, os municípios não dispõem de pessoas com formação específica e técnica na área ambiental para elaborarem planos mais detalhados no quesito técnico.

Dessa maneira, a apresentação do PMGIRS de Florínea, bem como do PIRS a ser elaborado no ano de 2014, demonstram soluções técnicas individuais a cada município e também soluções regionais, para aqueles problemas apresentados por seus municípios

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

consorciados, e que são de difícil resolução isolada, necessitando de maiores valores, seja em relação as quantidades, população, receita ou área de abrangência.

9. GRANDES GERADORES E GERADORES DE RESÍDUOS PERIGOSOS OU CONTAMINADOS

Os geradores de resíduos, presentes no município de Florínea, que gerem volumes maiores que 200 litros de resíduos por dia, ou de acordo com a NBR 10.004, gerem resíduos perigosos e/ou contaminados, deverão apresentar ao município, um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, semelhante a este, de acordo com a Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, renovado a cada quatro anos, e um inventário anual de resíduos, ou com a frequência julgada necessária pela Diretoria Municipal do Meio Ambiente.

O intuito da apresentação destes documentos a Diretoria Municipal do Meio Ambiente, é a formalização da destinação dos resíduos, já que os grandes geradores, e geradores de resíduos perigosos e contaminados, são responsáveis pela destinação dos resíduos gerados em seus estabelecimentos, mas a prefeitura do município de Florínea é solidária na responsabilidade.

Desta maneira, uma legislação de regulamentação da destinação destes resíduos deve ser implementada, aplicada e fiscalizada pela prefeitura, indicando o conteúdo dos documentos e a frequência de apresentação.

A apresentação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, deve ter seu prazo afixado na lei que cria a obrigatoriedade, e a apresentação dos inventários de resíduos, devem estar vinculados à renovação do alvará de funcionamento, ou a outro mecanismo que a Diretoria achar aplicável.

Estarão sujeitos a apresentação destes documentos, os estabelecimentos geradores de resíduos que apresentarem volumes maiores que 200 litros de resíduos diários, como à exemplo de alguns supermercados, restaurantes, indústrias, entre outros; estabelecimentos que gerem óleo lubrificante usado, graxa, ou resíduos contaminados com estes, como oficinas mecânicas, postos de combustível, entre outros; resíduos contaminados com secreções humanas ou de animais, produtos químicos como remédios por exemplo, e/ou perfuro cortantes, como farmácias, hospitais, laboratórios, clínicas particulares, entre outros.

A legislação também deverá apresentar formas de punição para os estabelecimentos que falharem no cumprimento da lei.

10. URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Para urgências ou emergências relacionadas a resíduos, será necessária a criação de um procedimento de informação de pelo menos, três órgãos citados, dependendo das dimensões da situação:

- Diretoria Municipal do Meio Ambiente – telefone (18) 3377-1128;

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"



- CETESB – telefone (18) 3324-4177 (Assis);
- Corpo de Bombeiros – 193.

O procedimento deverá ser criado pela Diretoria Municipal do Meio Ambiente e divulgado para toda população. Cabe a funcionários da diretoria responsáveis por esse atendimento a verificação da gravidade e o acionamento dos demais órgãos.

"Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"